

A transformação de conflitos no contexto colombiano a partir de uma abordagem decolonial: um olhar sobre a construção da paz entre 2017 e 2021

Conflict transformation in the Colombian context from a decolonial approach: a look at peacebuilding between 2017 and 2021

CATARINA BEZERRA

Associação Caruaruense de Ensino Superior - ASCES-UNITA

PROCESO EDITORIAL ▶ EDITORIAL PROCESS INFO

Recibido: 23/04/2022

Aceptado: 12/12/2024

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO ▶ HOW TO CITE THIS PAPER:

Bezerra, Catarina (2023). A transformação de conflitos no contexto colombiano a partir de uma abordagem decolonial: um olhar sobre a construção da paz entre 2017 e 2021. *Revista de Paz y Conflictos*, Vol.16, pp. 133-146, DOI: <http://dx.doi.org/10.30827/revpaz.16.24504>.

SOBRE LOS AUTORES ▶ ABOUT THE AUTHORS

Catarina Bezerra is a Professor of International Relations at ASCES-UNITA (since 2020). Additionally, she has been a consultant for the New Humanity NGO (since 2023). Prior to these roles, she worked with Nonviolent Peaceforce from 2022 to 2023. Catarina holds both a bachelor's and master's degree in International Relations from the State University of Paraíba (UEPB). She is the creator and coordinator of the TEIAPaz Project and is an active member of several organizations, including "Grupo de Estudos para a Paz e Segurança Mundial (GEPASM)", "Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança (PCECS)", and "Consejo Latinoamericano de Investigación para la Paz (CLAIP)". catarinarbezerra@gmail.com

Resumo

O artigo tem como objetivo estudar em que nível as relações de poder existentes nas dinâmicas de transformação de conflitos, impostas a partir da presença colonizadora do Norte global e dos seus modelos, impactam na qualidade da paz construída no caso colombiano. Busca-se compreender, portanto, as possíveis ligações entre as atuais ebulições sociais e o conflito armado que durou mais de cinquenta anos, protagonizado por grupos insurgentes de esquerda, os paramilitares e as próprias Forças Armadas do Estado. Para isso, será observado o período entre 2017 e 2021, partindo da assinatura do Acordo de Paz até a crise social pela qual o país vem atravessando no tempo presente. O trabalho está organizado ao redor de três grandes seções. A primeira será dedicada ao conflito colombiano, no que diz respeito ao seu passado histórico até o último processo de paz encerrado com o acordo entre o governo e o grupo denominado FARC-EP. Em um segundo momento se buscará abordar o debate teórico, desenvolvendo um caminho a partir da intersecção entre os Estudos para a Paz e as produções decoloniais. E, por fim, o último ponto tratará dos acontecimentos violentos atuais na Colômbia, olhando para suas conexões com o passado do país através do prisma teórico desenvolvido no tópico anterior.

Palavras-chave: Paz decolonial, Conflito colombiano, Reconstrução de relações

Abstract

The article aims to examine the extent to which the power relations that exist in the dynamics of conflict transformation, imposed by the colonizing presence of the Global North and its models, affect the quality of peace that has been created in the case of Colombia. Therefore, we seek to understand the possible links between the current social upheavals and the armed conflict that has lasted for more than fifty years, waged by leftist insurgent groups, paramilitaries, and the armed forces of the state itself. To do this, it looks at the period between 2017 and 2021, beginning with the signing of the

peace agreement and ending with the social crisis that the country is experiencing in the present. The paper is divided into three major sections. The first will be dedicated to the Colombian conflict, from its historical past to the last peace process that ended with the agreement between the government and the group FARC-EP. In a second moment we will try to approach the theoretical debate, developing a path from the intersection between peace studies and decolonial productions. Finally, the last point will deal with the current violent events in Colombia and consider their links with the country's past through the theoretical prism developed in the previous topic.

Keywords: Decolonial peace, Colombian conflict, Reconstruction of relations.

1. Introdução

O artigo tem como objetivo estudar em que nível as relações de poder existentes nas dinâmicas de transformação de conflitos, impostas a partir da presença colonizadora do Norte global e dos seus modelos, impactam na qualidade da paz construída no caso colombiano. Busca-se compreender, portanto, as possíveis ligações entre as atuais ebulções sociais e o conflito armado que durou mais de cinquenta anos, protagonizado por grupos insurgentes de esquerda, os paramilitares e as próprias Forças Armadas do Estado. Para isso, será observado o período entre 2017 e 2021, partindo da assinatura do Acordo de Paz até a crise social pela qual o país vem atravessando no tempo presente. Metodologicamente, se realizará uma revisão bibliográfica que incluirá artigos jornalísticos, considerando a contemporaneidade dos acontecimentos na Colômbia.

As práticas e a produção de conhecimento no campo dos Estudos para a Paz tiveram como pensamento dominante, por várias décadas, a abordagem liberal institucional. Tal viés determinou o cenário da produção científica e serviu para embasar missões de paz da ONU e os demais processos não diretamente liderados pela mesma organização, mas seguindo os mesmos preceitos. Dentro dessa mesma lógica, o sistema colonial seria a própria base para as violências estruturais e culturais que até os dias atuais determinam os caminhos a serem percorridos pelas sociedades colocadas à margem do desenvolvimento global. Sua influência, entretanto, atinge outros pontos. Seria ainda esse mesmo paradigma que guia os pensamentos e ações para a construção da paz. Isso quer dizer que não só a realidade interna dos países do Sul continua sendo permeada pelas cruéis e silenciosas ideias coloniais, como também aquilo que foi desenhado para transformar as situações de conflito, partem do mesmo ponto de origem. Nesse sentido, portanto, questiona-se o pano de fundo a partir do qual as teorias e práticas se firmam

Dessa forma, o arcabouço teórico será construído com base na literatura decolonial das Relações Internacionais. Por meio de tais lentes teóricas será possível identificar não só o domínio direto ocidental sobre os países não desenvolvidos por meio das intervenções ou mesmo através de vias institucionais, mas também ao estruturar os fundamentos para o paradigma liberal.

Compreende-se que a raiz para a formação de guerrilhas e para o início dos embates durante os anos 1990, não mudaram. A realidade local continua reafirmando a presença da violência não só de forma direta, mas também a partir da estrutura e da cultura alimentadas pelas desigualdades, falta de oportunidades de desenvolvimento, somadas aos aspectos simbólicos que consolidam tais realidades.

No ano de 2016 foi assinado o Acordo Formal entre o governo colombiano e as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia - Ejército del Pueblo* (FARC-EP), porém isso não se traduziu de maneira automática em prática. É exatamente nesse sentido que busca-se sublinhar a partir do questionamento aos meios liberais de construção da paz, a necessidade de enxergar a paz como produto do 'local' e das relações interpessoais entre os indivíduos parte da sociedade em conflito.

Assim, o trabalho será organizado ao redor de três grandes seções. A primeira será dedicada ao conflito colombiano, no que diz respeito ao seu passado histórico até o último processo de paz encerrado com o acordo entre o governo e o grupo denominado FARC-EP. Em um segundo momento se buscará abordar o debate teórico, desenvolvendo um caminho a partir da intersecção entre os Estudos para a Paz e as produções decoloniais. E, por fim, o último ponto tratará dos acontecimentos violentos atuais na Colômbia, olhando para suas conexões com o passado do país através do prisma teórico desenvolvido no tópico anterior.

Os resultados obtidos no artigo não serão tomados como finais, especialmente porque os fatos ainda estão acontecendo no mesmo passo em que estão sendo analisados. Entretanto, desde já é possível identificar a conexão entre as estratégias de construção da paz aplicadas e o cenário que se tem no presente. As reivindicações têm foco justamente nas demandas por direitos não atendidas e nas desigualdades sociais historicamente estabelecidas. Por outro lado, reconhecem-se também as conexões entre os motivos que moveram a formação dos grupos insurgentes e os protestos civis organizados no ano de 2021.

Assim, conclui-se que apesar das iniciativas formais, como no caso dos processos de paz, onde há a assinatura de acordos, a construção, de fato, da paz só se realiza a partir de uma transformação profunda das estruturas de violência e injustiças. Tal caminho só pode ser realizado localmente, a partir dos próprios indivíduos. Considerando, portanto, as relações que ali foram rompidas e as ferramentas necessárias para reconectar as pessoas, reconstruindo os relacionamentos.

2. Marco Teórico

2.1. A paz decolonial: questionando o paradigma construído a partir do Norte Global

O artigo tem como marco teórico a abordagem da paz decolonial. Para olhar para a realidade da Colômbia, portanto, busca-se colocar em relevo aquilo que foi invisibilizado com presença ocidental. Tal caminho é desenvolvido justamente a partir da intersecção entre os Estudos para a Paz e as ideias pós-coloniais ou decoloniais. É construída, portanto, uma alternativa que olha para a paz especialmente conectada à justiça, necessariamente colocada em prática localmente, a partir dos relacionamentos entre os indivíduos e não apenas replicando modelos arquitetados a partir do Norte Global.

As práticas e a produção de conhecimento no campo dos Estudos para a Paz tiveram como pensamento dominante, durante várias décadas, a abordagem liberal institucional. Tal viés determinou o cenário da produção científica e serviu para embasar os processos formais de paz. Com isso, tudo aquilo que se diferenciava das ideias pré estabelecidas era classificado como não científico, ineficaz ou fruto de costumes locais que deveriam ser abandonados para que a paz pudesse ser alcançada. O caminho a ser seguido, portanto, deveria prever a reestruturação institucional do país atingido por conflitos, a realização de eleições democráticas e a abertura dos mercados, especialmente ao âmbito internacional.

Tal perspectiva está ligada às práticas coloniais exatamente porque essas pressupõem a fragmentação e a invisibilização dos países que são considerados parte do Sul global.

[...] a epistemologia do Norte é vista como a manutenção de um sistema de visível e invisível, tornando o Sul global totalmente invisível em sua agência e condenando-o a aparecer recorrentemente como uma criança impotente, moldando assim o mapa mundial em cartografia epistemológica do visível e invisível. (FONTAN, 2012, p. 113).

É possível identificar no paradigma liberal, especialmente, o olhar que inferioriza as experiências ou práticas positivas comunitárias, enxergando os indivíduos como ignorantes e incapazes de lidar com suas questões conflituosas. Além disso, o processo de colonização pode ser visto como a própria base para as violências estruturais e culturais que até os dias atuais determinam os caminhos percorridos pelos países deixados à margem do desenvolvimento global. “Entre a repressão cultural e o genocídio em massa, as ex-altas culturas da América foram transformadas em subculturas camponesas analfabetas, condenadas à oralidade. [...] A América Latina é, sem dúvida, o caso extremo de colonização cultural da Europa” (QUIJANO, 1992, p. 13).

Não é tão simples, porém, identificar a continuidade dos pressupostos coloniais. Existe inclusive o que se pode chamar de resistência ao reconhecimento desse fato. “Na Idade Moderna, dada a persistência da ideia do progresso, uma das maiores dificuldades [...] reside em identificar as continuidades com épocas anteriores, quase sempre disfarçadas de descontinuidades, inovações, rupturas.” (SANTOS, 2018). No entanto, ao observar a realidade o que se percebe é que os laços passados entre países desenvolvidos e “resto” do mundo permanecem.

As novas formas de colonialismo são mais insidiosas porque ocorrem no âmago de relações sociais, econômicas e políticas dominadas pelas ideologias [...] Floresce em apartheids sociais não institucionais, mesmo que sistemáticos. [...] Disfarça-se facilmente de outras formas de dominação tais como diferenças de classe e de sexo ou sexualidade mesmo sendo sempre um componente constitutivo delas. (SANTOS, 2018)

Suas influências e consequências, entretanto, atingem outros âmbitos. Esse mesmo conjunto de ideias é o que guiou durante muitos anos a produção de conhecimento e ações para a construção da paz. Isso quer dizer que não só a realidade interna dos países subdesenvolvidos continua sendo permeada pelas cruéis e silenciosas práticas coloniais, como também as ferramentas desenhadas para lidar com os cenários violentos, partem do mesmo ponto de origem.

Assim, o pensamento decolonial propõe o rompimento com o conjunto de valores que têm orientado *peacemakers* e pesquisadores. Compreende-se que “imaginar como nós, o Norte global, podemos ficar de braços cruzados enquanto eles, o Sul, morrem de fome ou matam uns aos outros, não só decorre de uma estrutura de missão civilizatória, mas também da epistemologia [...]” (FONTAN, 2019, p. 113). Nesse sentido, trata-se de romper com os papéis pré-estabelecidos, retirando dos países desenvolvidos a responsabilidade de agirem como heróis salvadores.

O processo de questionar a abordagem *mainstream*, de alguma forma leva os Estudos para a Paz de volta ao que alguns autores chamam de 'vocalização crítica'. Uma vez constituídos a partir da rejeição da inevitabilidade do conflito, os Estudos para a Paz, essencialmente, negam a conformidade e fundamentam seu discurso na “aspiração a uma transformação profunda da realidade em vista da primazia da paz” (PUREZA, CRAVO, 2005, p.5). Isso significa que modelos desconectados da realidade vivenciada no nível local ou que trazem em si a imposição de um padrão etnocêntrico, não serão capazes de construir uma paz duradoura. Dentro dessa lógica, coloca-se em dúvida a concepção de Estado com instituições fortes como sinônimo de sociedade pacífica e harmoniosa (FONTAN, 2019). Ao priorizar orçamentos, estruturas ou hierarquias, o viés tradicional acaba por ignorar que a paz é construída através e entre as pessoas. Tratam, dessa maneira, as “tensões locais e a resolução local de conflitos como ‘sem importância, desconhecida e incontrolável’” (AUTESERRE apud LEONARDSSON, RUDD, 2015, p. 833, tradução nossa). Contrariando esse pensamento, assim, o decolonialismo busca sublinhar a importância de determinadas instituições informais, as tradições e elementos culturais, que podem auxiliar no processo de busca pela justiça.

O processo de exclusão dos saberes locais não acontece apenas durante as intervenções, mas também nas pesquisas desenvolvidas. As análises feitas sob o prisma liberal utilizam justificativas baseadas em normas científicas para sublinhar que “[...] os indivíduos não podem ser destacados, expostos, porque precisam ser 'protegidos'. Esses indivíduos deixam de ser vistos em sua humanidade e passam a ser rotulados como objetos [...]” (FONTAN, 2012, p.45). Entretanto, na verdade, observando toda a dinâmica necessária à construção da paz, percebe-se que os civis ou grupos diversos não podem representar apenas uma parte imóvel nos estudos. Por serem os principais agentes de mudança social, eles são o centro e a garantia no momento posterior à assinatura dos acordos. “A visão comunitária implica um olhar muito mais substantivo da propriedade local, na qual os processos de construção da paz “devem ser planejados, administrados e implementados por atores locais em vez de atores externos.”” (DONAIS, 2009, p.7) Devem, portanto, ser tão considerados quanto os atores protagonistas dos atos violentos. Isso determina que:

Um dos lugares para procurarmos insights e lições sobre essas questões é precisamente onde muitos de nós olháramos por último: nos ásperos terrenos e geografias de conflitos violentos e prolongados. Essa foi minha surpresa: as pessoas que enfrentam as piores situações de degradação humana, violência e abusos muitas vezes enxergam o desafio das mudanças construtivas genuínas com uma penetrante visão (LEDERACH, 2011, p.46).

As ideias decoloniais, dessa forma, vão olhar a raiz da violência nas sociedades, apontando a necessidade de transformar as estruturas sociais injustas e excludentes. Com isso, a maneira linear de observar conflitos perde a validade. A complexidade e o emaranhado de relações entre aqueles que compõem a realidade não podem ser menosprezados. Por esse motivo dificilmente tensões sociais terão respostas unificadas.

Outro ponto relevante para o viés decolonial é a dinâmica dialógica. A paz passa a ser compreendida necessariamente como fruto de trocas e de vínculos. Os indivíduos são, portanto, os “principais arquitetos, proprietários e partes interessadas a longo prazo” (RUPESINGHE, 1995, p.81, tradução nossa). É a partir dessa rede ou teia de relacionamentos, no dia a dia de pessoas empenhadas em abrir espaços imaginativos, que o retorno do fluxo da vida acontece.

[...] A posição central das relações fornece o contexto e o potencial para interromper a violência, pois situa as pessoas em momentos impregnados de imaginação moral: o espaço da constatação de que, em última análise, a qualidade da nossa vida depende da qualidade da vida dos outros. (LEDERACH, 2011, p. 38)

A decolonização da paz, portanto, alcança a forma de algo moldável, criativo, que parte das conexões entre seres humanos e expressa-se na formação do amanhã, conscientemente interligado ao ontem e ao hoje. É a partir dessa abordagem que se parte para analisar o caso colombiano, considerando sua história, o modelo de construção da paz utilizado e os momentos posteriores à assinatura do tratado.

2.2. Conflito colombiano: uma retomada histórica

Desde o processo de luta pela independência, a história colombiana foi marcada por traços de profunda violência. Além disso, a Colômbia sempre foi palco de desigualdades sociais e intensos conflitos ligados ao loteamento. Entre os séculos XIX e XX, “grande parte do território colombiano

era constituído por terras livres ou públicas (*baldías*) com exceção de alguns setores da Cordilheira dos Andes [...]” (PÉCAUT, 2010, p.19). Nessas áreas andinas havia terras aráveis que já estavam desproporcionalmente divididas entre os pequenos camponeses e os grandes fazendeiros do país. Além disso, durante este período, houve também a formação de “grandes latifúndios, baseados na posse muitas vezes arbitrária da terra e nas práticas de subjugação ou expulsão dos numerosos camponeses que ali se estabeleceram [...]”. (PÉCAUT, 2010, p.20).

Desta forma, os grupos camponeses foram empurrados para os centros urbanos ou para áreas marginalizadas do território. “Nessas áreas periféricas, a presença de estruturas estatais era irregular ou fazia parte de um amálgama de poder exercido em conjunto com as elites locais” (ALVES, 2005, p.16). Assim, esses poderes locais passaram a ocupar o espaço que originalmente deveria pertencer ao governo, descaracterizando sua figura perante a população e gerando um cenário sujeito a conflitos.

Na esfera política, os dois partidos, Conservador (1848) e Liberal (1849), sempre dominantes, também são responsáveis pela cristalização da visão sobre a necessidade do uso da força para atingir fins políticos. Portanto, ocorreu um processo de polarização da sociedade colombiana, que se viu obrigada a escolher um dos dois lados (ALVES, 2005, p.17-18).

Cinquenta anos após a criação dos partidos, várias guerras eclodiram. Eles seriam os maiores vividos pelo país. Um desses conflitos, a *Guerra de los Mil Días* (1899-1902), foi responsável pela morte de aproximadamente cem mil pessoas (HYLTON, 2010, p.54). Esse confronto ocorreu inicialmente entre representantes dos dois partidos antagônicos, em uma tentativa liberal de destituir os conservadores do poder. No entanto, as proporções foram aumentando e, assim, envolvendo outros setores da sociedade, com a formação de grupos armados de um lado, compostos por cidadãos que pertenciam a setores menos favorecidos da sociedade, e as Forças Armadas de outro.

Entre vários eventos, em 1948, um dos grandes líderes do partido liberal, Jorge Eliécer Gaitán, foi assassinado. Segundo Alessandro Visacro (2009), Gaitán estava intimamente associado às questões fundiárias. Além disso, ele favoreceu a entrada de lideranças camponesas e comunistas na cena política nacional. Seu discurso foi colocado acima dos conflitos ocorridos até então e, com isso, conseguiu mobilizar grande parte da sociedade. Sua morte desencadeou uma série de motins e distúrbios urbanos que duraram vários dias em Bogotá, sofrendo forte repressão por parte do governo (HYLTON, 2010, p.68). Este evento, que pode ser considerado um dos mais violentos, ficou conhecido como *Bogotazo*.

Com isso, os conflitos se agravaram entre os dois principais partidos, chegando ao extremo com o período de La Violencia. O momento em que tais divergências políticas atingiram a população de fato gerou uma guerra civil. No intervalo de 1946 a 1962, foram cometidos homicídios, agressões, perseguições, entre outros crimes que deixaram milhares de mortos (HYLTON, 2010, p.82).

Ao final desse intervalo, em 1961, o Partido Comunista da Colômbia expressou sua proposta: “todas as formas de luta”, referindo-se à união da luta política com a luta armada (PÉCAUT, 2010, p.17). Como resultado, grupos começaram a surgir com o objetivo de reformar o sistema político atual: as *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC), mas também o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN), o *Ejército Popular de Liberación* (EPL) e o *Movimiento 19 de Abril* (M-19) (HYLTON, 2010, p.92). Inicialmente, o braço político era mais forte. Porém, cada vez mais, graças à associação com o narcotráfico e à violência perpetrada contra civis, esses grupos foram perdendo, ano após ano, sua legitimidade na sociedade colombiana.

Houve muitas tentativas ao longo do tempo para transformar o conflito e estabelecer um processo de paz bem-sucedido. Mas nenhum deles alcançou os resultados esperados. Somente durante a partir de 2012 foi aberta a possibilidade de manter um diálogo fecundo com os grupos insurgentes, especialmente com as FARC.

2.3. O processo de paz (2012-2016) e a desmobilização das FARC

O presidente Juan Manuel Santos deixou claro desde o seu discurso inicial, no dia 7 de agosto de 2010, os caminhos que iria seguir no que dizia respeito ao tratamento do conflito interno.

“Eu desejo, durante a minha administração, semear as bases para uma verdadeira reconciliação entre os colombianos. Aos grupos armados ilegais que [...] agora falam novamente de diálogo e negociação, digo-vos que o meu governo estará aberto a qualquer conversação que busque a erradicação da violência e a construção de uma sociedade mais próspera, equitativa e justa” (FISAS, 2013, p.50).

Mesmo com tal abertura, suas estratégias divergiam de processos de paz anteriores. O presidente se negou a anistiar, assinar um cessar-fogo ou aprovar zonas desmilitarizadas, ao contrário dos processos que ocorreram sob os mandatos de Turbay, Betancur e Pastrana (CAMP, VANEGAS, 2011, p.92). Desde o princípio estabeleceu-se um acordo sobre a necessidade de reconhecer, de fato, a gravidade do conflito colombiano, e de buscar revisar negociações passadas, evitando a repetição dos mesmos erros (FISAS, 2013, p.51). Ademais, percebeu-se a necessidade de estruturar, dentro da constituição, um processo de justiça transicional a partir de um Marco Jurídico para a Paz, e de criar um entorno internacional favorável aos diálogos, “garantindo que a região [seria] um suporte para a paz na Colômbia, não um impedimento” (JARAMILLO in OACP, 2014, p.4).

Diante dos pontos discutidos durante a fase exploratória, na qual foram estabelecidas as primeiras conversas, o “presidente da Colômbia Juan Manuel Santos anunciou, em 4 de Setembro de 2012, um pré-acordo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)” (INTERNATIONAL CRISES GROUP, 2012, p.1). O *Acuerdo General para la terminación del conflicto y la construcción de una paz estable y duradera* serviria como um guia no qual estariam definidos os propósitos, as condições e as regras que iriam nortear as conversas (JARAMILLO in OACP, 2014, p.9). Também foi definido que ocorreria em La Habana, Cuba e que os membros deveriam se reunir sob o que foi chamado de “ciclos de conversações” (OACP, 2014, p.10). Por fim, foi estruturada uma agenda que continha cinco temas gerais, que continham subtemas: 1) política de desenvolvimento agrário integral; 2) participação política; 3) fim do conflito; 4) solução para o problema das drogas ilícitas; e 5) vítimas.

No que diz respeito à participação civil, optou-se pelo mecanismo de recepção de propostas por meio físico ou eletrônico. Além disso, foram realizadas consultas diretas, no formato de foros nacionais e regionais. Nesses momentos contou-se com forte presença das minorias, entre essas, se destacam as mulheres, que participaram em maior número e em mais ocasiões. Considerou-se ainda a necessidade de organizar espaços menos estruturados, mais espontâneos e com modelos mais maleáveis, para a participação a partir de organizações sociais ou individualmente (CALLE in OACP, p.13). Por fim, estavam presentes também as vítimas. O objetivo era que houvesse uma representação das milhares de pessoas afetadas pela violência, expressando seus testemunhos, suas sugestões e expectativas (OACP, 2016, p.3).

Nos anos seguintes, as negociações tiveram início de fato. Aos poucos foram sendo assinados acordos nos vários setores. Em maio de 2013, chegou-se ao consenso sobre a realização de uma Reforma Rural Integral (RRI), que não consistiria apenas em uma reforma agrária (FISAS, 2016, p.104). O foco estava na aproximação entre o campo e o urbano, buscando gerar uma melhor qualidade de vida para a população rural (OACP, 2016, p.8). No mesmo ano, em novembro de 2013, foi assinado o acordo de abertura democrática para garantir a transformação das FARC em partido político no

momento posterior à assinatura do acordo, respondendo às exigências do grupo de inclusão na vida política do país (BEITTEL, 2015, p.21).

Em 2014, porém, aconteciam as eleições para a presidência, senado e para a câmara.

Em uma primeira vez histórica, as eleições nacionais foram realizadas durante uma negociação de paz [...]. Impedido de buscar um terceiro mandato presidencial, o ex-presidente Uribe candidatou-se ao Senado e venceu [...] sendo um forte adversário das negociações de paz [...]. (BEITTEL, 2015, p. 23)

Reeleito, o presidente Santos deu continuidade às mesas de conversação. Após diversos avanços em outras questões essenciais, finalmente, no dia 25 de agosto de 2016 foi assinado o Acordo para o Fim do Conflito. Ele definia sob quais condições aconteceria o fim dos confrontos com as FARC e suas etapas: 1) cessar-fogo; 2) suspensão definitiva das hostilidades; 3) entrega de todas as armas; 4) reintegração dos guerrilheiros à vida civil.

Com a assinatura do acordo final, o próximo passo deveria ser a validação desse termo por meio de um plebiscito. Apenas após esse momento, os pontos decididos seriam incluídos na constituição do país e transformados em leis. Todavia, o dia 2 de outubro de 2016 ficou marcado pela votação que revogou o acordo assinado. Em resultado recebido com surpresa pela comunidade internacional, mais da metade dos colombianos que foram às urnas, optaram pelo ‘não’, obrigando os negociadores a pensarem em novas saídas e em modificações no acordo inicial.

Sob um cessar-fogo os diálogos foram retomados. O texto do novo pacto incluía “várias propostas que foram apresentadas por distintos setores da sociedade colombiana, inclusive dos líderes do movimento pelo ‘não’” (O GLOBO, 2016). No entanto, ao contrário do que havia sido proposto inicialmente, o novo acordo não foi mais levado à votação popular para referendação, sendo diretamente encaminhado ao Congresso Nacional, que se encarregou de ratificá-lo e incluí-lo na legislação do país (EL TIEMPO, 2016).

Esse avanço, no entanto, não se traduziu, necessariamente, em prática. Ações políticas que deveriam ter sido tomadas pelo governo foram negadas com a entrada de um novo presidente que era publicamente contrário aos diálogos com a guerrilha. Esses movimentos de retrocesso levaram à continuação da violência direta.

3. Metodologia

A metodologia utilizada para desenvolver o artigo parte de uma abordagem qualitativa na observação de um caso específico. O conflito colombiano vai servir, assim como “fenômeno, ou um evento, escolhido, conceituado e analisado empiricamente como uma manifestação de uma classe mais ampla de fenômenos ou eventos (nas definições: Eckstein 1975: 85; Jervis 1990; Ragin 1992: 1-17; King, Keohane e Verba 1994: 51-3; 1995;

Yin 1994; George e Bennett 2005: 17-19)” (VENNESSON in KEATING, PORTA, 2008, p.226). O fato de dizer respeito apenas ao conflito na Colômbia, favorece o aprofundamento maior nas questões causadoras de violência. Portanto,

Um estudo de caso é uma estratégia de pesquisa baseada na investigação empírica aprofundada de um, ou um pequeno número, de fenômenos, a fim de explorar a configuração de cada caso e elucidar características de uma classe maior de fenômenos (semelhantes), por desenvolver e avaliar explicações teóricas (Ragin 2000: 64-87). (VENNESSON in KEATING, PORTA, 2008, p.226).

Entretanto, ao contrário da abordagem liberal da paz, buscou-se construir também a partir de sua forma, um texto de caráter crítico, não tão preocupado com os parâmetros positivistas para produção do conhecimento. O decolonialismo nos Estudos para a Paz traz a reflexividade para o foco, considerando que:

A pesquisa crítica da paz é uma pré-condição para “construção da paz transformadora”. Se os construtores da paz negligenciarem ou ignorarem o tratamento dessas questões e, em vez disso, se concentrarem no desenvolvimento de ferramentas e critérios de avaliação cada vez mais detalhados e sofisticados para avaliação de impacto, eles podem cair na armadilha de migrar cada vez mais para a construção técnica da paz. (FISCHER in AUSTIN, FISCHER, SCHMELZLE, 2009, p. 93-94).

Ademais, partiu-se de uma retomada histórica das dinâmicas políticas e sociais do país. Reconstruir tal narrativa ajuda, assim, a tecer a complexa colcha de retalhos que se apresenta na atualidade colombiana. Entretanto, para garantir um estudo mais objetivo, mesmo com a necessidade de voltar à história, a pesquisa está concentrada na análise do período entre 2017 e 2021. Esse intervalo diz respeito ao importante processo que tem início com a da assinatura do Acordo de Paz e vai até a crise social pela qual o país vem atravessando no tempo presente.

Por fim, compreende-se que idealmente a melhor via para adentrar e compreender situações complexas, como aquelas vivenciadas pelo povo colombiano nos últimos meses, é entrando de fato na realidade local por meio de etnografias ou entrevistas mais aprofundadas. Porém, considerando as impossibilidades físicas determinadas por diversos fatores, o trabalho foi realizado com base apenas em uma revisão bibliográfica. O objetivo foi estruturar de maneira fundamentada e clara os argumentos centrais apresentados. Para isso foram utilizados artigos científicos, livros que tratam da temática, além de matérias jornalísticas, considerando a contemporaneidade dos acontecimentos na Colômbia.

4. Resultados e discussão

É impossível falar dos acontecimentos relativos às grandes marchas colombianas de 2021, sem conectar tal cenário aos anos anteriores, ficando claro que a raiz permanece sendo a mesma que motivou os conflitos no país por mais de sessenta anos. Mais recentemente, desde o fim de 2017, a realidade atual começou a ganhar forma. No ano de 2018 aconteceram as primeiras eleições presidenciais após a assinatura do Acordo Geral de Paz. O resultado das urnas, porém, levaram ao poder Iván Duque, candidato pelo partido Centro Democrático, uma aliança conservadora estruturada pelos ex-presidentes Álvaro Uribe e Andrés Pastrana. As ideias que o levaram à cadeira presidencial eram extremamente opostas àquelas anteriormente defendidas durante os dois mandatos de Juan Manuel Santos. Esse fato colocava em xeque o processo de paz realizado até 2016, mas ao mesmo tempo deixava claro o desejo que parcelas da sociedade tinham, de mudar as estruturas política, social, econômica e securitária, que até então vinham sendo construídas.

Entretanto, desde o início do mandato, em setembro de 2018, o cenário que se desenhou foi de grande instabilidade e de crescentes manifestações civis que demonstravam descontentamento. Assim, a partir da realização do *Paro Nacional Universitario*, a insatisfação social na Colômbia continuou crescendo (EL ESPECTADOR, 2018). Os protestos contaram com a presença de alunos, pais e reitores de universidades públicas, que exigiam um aumento nos investimentos para sanar a dívida

histórica na infraestrutura e qualidade educacional. As reivindicações foram, porém, ganhando força e se estendendo a outros setores.

Em 2019 voltavam a acontecer manifestações nas ruas das principais cidades do país. Se contestava nesse momento, além dos mesmos pontos apresentados no ano anterior, o chamado “pacote” de medidas que teria um forte impacto econômico e social principalmente para os trabalhadores (BBC, 2019). Entre elas estaria a proposta de eliminar o fundo de pensão estatal, aumentar a idade para aposentadoria e reduzir o salário dos mais jovens. Além disso, questionava-se a onda de assassinatos de lideranças sociais, indígenas e ex-guerrilheiros, requerendo, desse modo, o cumprimento do tratado de paz para que os episódios violentos diminuíssem em todo o território.

A posição estatal tomada desde o princípio abria pouco espaço para o diálogo, demonstrando pouco interesse em atender às necessidades apresentadas pela população. Assim, o descontentamento social permaneceu vivo e em abril de 2021 as manifestações recomeçaram. Elas estavam focadas, além dos temas anteriores, na oposição à proposta de reforma tributária que pretendia reduzir o limite mínimo a partir do qual os salários são tributados (OQUENDO, 2021). Muitos colombianos de classe média temiam que, como resultado, pudessem cair na miséria. A presidência argumentava, porém, que a reforma seria fundamental para mitigar as dificuldades econômicas enfrentadas especialmente a partir do início da pandemia de COVID-19 no ano de 2020.

Apenas durante o período pandêmico, três milhões de colombianos foram empurrados para baixo da linha da pobreza. Além disso, a problemática dos refugiados venezuelanos tornou-se ainda mais latente, aumentando o medo da população de que estrangeiros tomem as poucas vagas de trabalho disponíveis. Dessa maneira, após quatro dias de massivos protestos em todas as regiões da Colômbia, o governo assegurou que revogaria o projeto de lei. No entanto, a situação já havia escalado e tomado proporções maiores. Grupos dedicados à luta pelos direitos humanos acusaram a polícia de usar gás lacrimogêneo e, em alguns casos, munição, para dispersar os civis (QUESADA, 2021). Dezenas de assassinatos foram registrados, especialmente de jovens, levando ao aumento do enfrentamento por parte dos manifestantes.

Observando tais problemáticas enfrentadas pela sociedade colombiana através do pensamento decolonial, não se pode dizer que, de fato, o país tenha experimentado nos últimos anos algo semelhante à paz. Não apenas porque os índices de violência direta continuaram altos, mas também pela falta de avanços na implementação dos aspectos referentes às necessárias mudanças estruturais, presentes no acordo final (GUEVARA, 2021). Aspectos como o investimento para diminuição da distância das periferias em relação à figura do Estado, ou em políticas de justiça social, inclusão e fortalecimento dos direitos humanos, não figuraram como prioridades durante a administração política atual. Além disso, o narcotráfico, por exemplo, continua sendo um dos grandes problemas internos para a nação. Por outro lado, continuam ocorrendo confrontos de dissidências das guerrilhas FARC e ELN contra outras organizações criminais. Aliás, nunca se chegou a um pacto de paz com o ELN, dificultando a evolução na pacificação dos territórios.

O processo de paz apesar de estruturado em teoria ao redor de questões colocadas como essenciais para a construção de uma paz duradoura, e do esforço real de trazer a sociedade civil para dentro das negociações, na realidade, ainda seguiu parâmetros que dependiam quase que totalmente da ação governamental ou institucional para serem colocados em prática. Com a troca de presidentes e as ideologias divergentes entre eles, aquilo que deveria ser colocado em prática foi deixado de lado. De maneira alguma o pós-conflito foi pensado como algo descentralizado, ou tendo os poderes divididos entre os territórios e os líderes locais. Essa característica faz parte de uma ideia liberal de construção da paz, que por mais que abra possibilidades de consultas aos indivíduos, ainda concentra a execução no *high level*. Obviamente se sabe que é papel do Estado implementar políticas públicas para garantir que a população tenha suas necessidades básicas garantidas. Porém, para alcançar a paz

é necessário que as dinâmicas aconteçam entre os indivíduos a partir de teias fortes, que incluam os diversos grupos e interesses.

Assim sendo, os resultados obtidos no artigo não podem ser tomados como finais, especialmente porque os fatos ainda estão acontecendo ao mesmo passo em que estão sendo analisados. No entanto, desde já é possível afirmar que existe uma conexão entre as estratégias de construção da paz aplicadas após o acordo e o cenário que se tem no presente. As reivindicações têm foco justamente nas demandas por direitos não atendidas e nas desigualdades sociais historicamente estabelecidas. Sendo assim, reconhecem-se profundas conexões entre os motivos que moveram a formação dos grupos insurgentes durante os anos 1960 e os protestos civis organizados no ano de 2021.

5. Conclusões

Apesar das iniciativas formais, como no caso dos processos de paz, onde são dados os passos formais para terminar o conflito armado, com a assinatura de acordos, a construção, de fato, da paz só se realiza a partir de uma transformação profunda das estruturas de violência e injustiças. Tal caminho só pode ser realizado localmente, a partir dos próprios indivíduos em um processo de reconexão dos relacionamentos que ali foram rompidos.

A paz, nesse sentido, não é vista como algo estático, o último estágio de um percurso ou o objetivo final a ser alcançado. Também não pode ser considerada como o momento no qual tudo dá certo, não existem divergências entre as pessoas, em outras palavras, como o oposto à ideia de conflito. Na realidade, conflitos vão sempre existir, eles são parte essencial da vida. São esses momentos de crise que possibilitam a abertura de novas portas e chances de melhorar a realidade. Sem isso tudo permaneceria como sempre foi. É necessário em alguns momentos entrar em choque com o que está dado, com as estruturas sociais existentes que talvez excluam e promovam injustiças, para assim buscar saídas alternativas positivas.

O próprio olhar decolonial faz enxergar a necessidade de transformar o paradigma que foi responsável pelas construções sociais mais recorrentes nas sociedades do Sul Global. Questionar a violência institucionalizada, presente nos modelos de construção da paz importados a partir dos países desenvolvidos, ou as desigualdades internas nos países não é o oposto da pacificação. A justiça aqui é entendida, portanto, como sinônimo de paz. É na violência que está o problema, ela é sempre destrutiva, seja em qual forma se apresentar, isto é, de maneira direta, nas estruturas ou na cultura que sustenta todo o sistema.

Dessa maneira, o conflito na Colômbia e as recentes manifestações sociais, constituem um exemplo claro, mesmo com a preocupação de inclusão civil durante as negociações, da busca por uma paz liberal ou pelo menos no modelo disseminado com a presença ainda colonial do Norte. O papel do Estado permaneceu imprescindível em quase todos os pontos acordados com as FARC. Porém, com a eleição de um novo presidente, que se manifestou contra os diálogos antes mesmo de chegar ao cargo executivo, todas as dinâmicas necessárias para a execução do tratado foram colocadas em xeque.

As demandas por educação, empregos com salários justos, diminuição das desigualdades entre campo e cidade, além de muitas outras questões parecem se repetir ano após ano, desde 1960 até 2021. Ao serem criadas, as guerrilhas já demandavam profundas reconfigurações nas dinâmicas sociais do país. Entretanto nos protestos atuais as exigências feitas são similares. O movimento é protagonizado especialmente por jovens que vivem em meio à escassez de postos de trabalho, enfrentam um período de dificuldades financeiras acentuadas pela pandemia do novo coronavírus, e grandes empecilhos para atingir níveis mais altos de educação.

Muito pouco se fez para proporcionar a substituição do modelo que tem gerado o acúmulo de riquezas para poucos, enquanto grandes parcelas permanecem à margem. A construção da paz deve estar concentrada, portanto, após as formalizações dos diálogos, nos aspectos mais enraizados que continuam proporcionando violências. A repressão policial e o uso da força bruta para reprimir as insurgências vão apenas acentuar o sentimento de oposição ao Estado. O caminho a ser trilhado necessariamente precisa considerar que sem justiça não haverá paz. Espaços de diálogo precisam ser criados para que de maneira dinâmica, adaptável e criativa, a partir das teias de relações, novos caminhos possam ser trilhados.

Referências bibliográficas

- Alves, M. C. (2005). Um mandato para a paz: o ocaso da negociação entre o governo de Andrés Pastrana e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (1998–2002). Funag. [Online] Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/btd/index.php/10-dissertacoes/1125-um-mandato-para-a-paz-o-ocaso-da-negociacao-entre-o-governo-de-andres-pastrana-e-as-forcas-armadas-revolucionarias-da-colombia-1998-2002> [Acesso em: 14/12/2024].
- Austin, B., Fischer, M., & Schmelzle, B. (2009). *Peacebuilding at a Crossroads?* Berghof Research Center for Constructive Conflict Management.
- Bancadas del Congreso, listas para recibir el nuevo acuerdo de paz. (2016, 20 de noviembre). El Tiempo. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-16754762> [Acesso em: 14/12/2024].
- Barash, D. P., & Webel, C. P. (2013). *Peace and Conflict Studies* (Third ed.). SAGE Publications, Inc.
- Beittel, J. (2015). *Peace Talks in Colombia*. Createspace Independent Pub - Congressional Research Service.
- Bercovitch, J., Kremenjuk, V., & Zartman, W. I. (2008). *The SAGE Handbook of Conflict Resolution* (1st ed.). SAGE Publications Ltd.
- Camp, E. V., & Vanegas, F. S. B. (2011). *El largo camino hacia la paz*. Editorial UOC.
- Colômbia no levará novo acordo de paz ao voto popular, diz presidente. (2016, 19 de noviembre). O Globo. [Online] Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/colombia-nao-levara-novo-acordo-de-paz-ao-voto-popular-diz-presidente-20496052> [Acesso em: 14/12/2024].
- Donais, T. (2009). Empowerment or Imposition? Dilemmas of Local Ownership in Post-Conflict Peacebuilding Processes. *Peace & Change*, 34(1), 3–26. [Online] Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-0130.2009.00531.x> [Acesso em: 14/12/2024].
- Drange, B. (2008). The potential and limits of peace agreements: Colombia and Mali. *Conflict Trends*, 4.
- Durán, M. G. (2006). *Movimiento por la paz en Colombia. 1978–2003*. UNDP Colombia. Durch, W. J. (2006). *Twenty-First-Century Peace Operations*. United States Institute of Peace.
- Fisas, V. (2002). *La Paz Es Posible*. Intermon Oxfam.
- Fisas, V. (2013). *Anuario de Procesos de Paz 2013 (Dutch Edition)*. Icaria. Fontan, V. C. (2012). *Decolonizing Peace*. Dignity Press.
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do Oprimido* (32nd ed.). Paz e Terra. Galtung, J. (1964). An Editorial. *Journal of Peace Research*, 1(1), 1–4.
- Galtung, J. (1969). Violence, Peace, and Peace Research. *Journal of Peace Research*, 6(3), 167–191. [Online] Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002234336900600301> [Acesso em: 14/12/2024].

- Galtung, J. (1990). Cultural Violence. *Journal of Peace Research*, 27(3), 291–305.
- Guevara, L. G. G. (2021, 5 de abril). Editorial: Decálogo para la construcción de paz en Colombia. CINEP/Programa por la Paz. [Online] Disponível em: <https://www.cinep.org.co/Home2/component/k2/873-editorial-decalogo-para-la-construccion-de-paz-en-colombia.html> [Acesso em: 14/12/2024].
- Hylton, F. (2021). *A Revolução Colombiana (Em Portuguese do Brasil)* (Historia e Geografia ed.). UNESP.
- Lederach, J. (2021). *Little Book of Conflict Transformation: Clear Articulation of The Guiding Principles By A Pioneer In The Field (Little Books of Justice & Peacebuilding)* (Original ed.). Good Books.
- Lederach, J. P. (2010). *The Moral Imagination: The Art and Soul of Building Peace* (Reprint ed.). Oxford University Press.
- Leonardsson, H., & Rudd, G. (2015). The ‘local turn’ in peacebuilding: a literature review of effective and emancipatory local peacebuilding. *Third World Quarterly*, 36(5), 825–839. [Online] Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01436597.2015.1029905> [Acesso em: 14/12/2024].
- Mac Ginty, R. (2008). Indigenous Peace-Making Versus the Liberal Peace. *Cooperation and Conflict*, 43(2), 139–163. [Online] Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0010836708089080> [Acesso em: 14/12/2024].
- OACP - Oficina del Alto Comisionado para la Paz. (2014, April). *Todo lo que debería saber sobre el proceso de paz*. La Imprenta Nacional. [Online] Disponível em: https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=dc51de20-3b9c-af6c-470e-89dd3bffe186&groupId=271408 [Acesso em: 14/12/2024].
- Oquendo, C. (2021, 15 de junio). Líderes dos protestos na Colômbia anunciam suspensão temporária das mobilizações. *El País*. [Online] Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-15/lideres-dos-protestos-na-colombia-anunciam-suspensao-temporaria-das-mobilizacoes.html> [Acesso em: 14/12/2024].
- Paro nacional en Colombia: 4 motivos detrás de las multitudinarias protestas y cacerolazos en Colombia contra el gobierno de Iván Duque. (2019, November 22). *BBC News Mundo*. [Online] Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-50503455> [Acesso em: 14/12/2024].
- Pécaut, D. (2010). *As Farc: Uma Guerrilha Sem Fins? (Em Portuguese do Brasil)*. Paz e Terra.
- Porta, D. D., & Keating, M. (2008). *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: A Pluralist Perspective*. Cambridge University Press.
- Pureza, J. M., & Cravo, T. (2005). Margem crítica e legitimação nos estudos para a paz. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 71, 05–19. [Online] Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.1011> [Acesso em: 14/12/2024].
- Quesada, J. D. (2021, 30 de mayo). Um mês de protestos e mais de 50 mortos. A que se deve o mal-estar na Colômbia? *El País*. [Online] Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-05-29/um-mes-de-protestos-e-mais-de-50-mortos-a-que-se-deve-o-mal-estar-na-colombia.html> [Acesso em: 14/12/2024].
- Quijano, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidade. *Perú Indígena*, 12(29), 11–20. Rigg, J. (2007). *An Everyday Geography of the Global South* (1st ed.). Routledge.
- Rupesinghe, K. (1995). *Conflict Transformation*. St. Martin’s Press.
- Santos, B. D. S. (2019, 15 de enero). Boaventura: o Colonialismo e o século XXI. *Outras Palavras*. [Online] Disponível em: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerre/boaventura-o-colonialismo-e-o-seculo-xxi/> [Acesso em: 14/12/2024].

Un mes de marchas universitarias en 12 claves. (2018). El Espectador. [Online] Disponível em: <https://www.elespectador.com/educacion/un-mes-de-marchas-universitarias-en-12-claves-article-823790/> [Acesso em: 14/12/2024].